

De volta ao futuro da língua portuguesa.

Atas do X^o CONGRESSO Mundial de Estudos de Língua Portuguesa

Simpósio 11 - O ensino de português para estrangeiros no Brasil: da imigração europeia do século XIX às imigrações internacionais do XXI, 2909-2928

ISBN 978-88-8305-127-2

DOI 10.1285/i9788883051272p2909

<http://siba-ese.unisalento.it>, © 2017 Università del Salento

O ENSINO DE PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS NA REGIÃO DE SÃO PAULO: DO FINAL DO SÉCULO XIX A MEADOS DO SÉCULO XX

Aparecida Regina Borges SELLAN²

RESUMO

Este estudo se insere na área do ensino de português para estrangeiros e tem por tema as práticas desenvolvidas para esse fim, na cidade de São Paulo, no final do século XIX até a primeira metade do século XX. Justifica-se em razão da grande massa de estrangeiros, especialmente de italianos, que imigraram para o Brasil naquele período, os quais tinham o distanciamento da língua, entre os inúmeros desafios a serem enfrentados por um estrangeiro para se adaptar na nova terra. Assim, a pesquisa buscou identificar não apenas como ocorreu, na capital paulista e regiões, o ensino de português a estrangeiros e seus descendentes - italianos, especialmente, mas também se houve um planejamento, qual a perspectiva pela qual se ensinou e quais materiais foram utilizados naquele momento. Os resultados das análises dos documentos localizados indicaram não haver, no período, uma consciência clara sobre a especificidade do ensino da língua portuguesa como língua estrangeira. Por essa razão, os estrangeiros e seus filhos que tiveram acesso à escola regular brasileira receberam o mesmo tipo de ensino voltado para o aluno falante nativo. Mesmo com a instalação das escolas peninsulares, que seguiam o programa determinado pelo governo da Itália, com o ensino ministrado em italiano e por professores italianos, não se identificou uma preocupação exclusiva com o ensino da língua portuguesa para esses estrangeiros.

PALAVRAS-CHAVE: Português Língua Estrangeira; Imigração Italiana; Processos de Ensino.

Considerações Iniciais

O processo migratório observado no Brasil a partir do final do século XIX e intensificado até a metade do século XX se deveu pelas mudanças ocorridas, internamente, com o fim da escravidão, a instalação da República e o início do processo de industrialização, especialmente na região Sudeste, ocupação do campo na

² PUC-SP, Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Departamento de Português. Rua Vereador Jair Salvarani, 285, CEP:08790-020, Mogi das Cruzes, São Paulo, Brasil. borges@uol.com.br

região Sul e, externamente, pelo período pré e entre guerras vividas especialmente na Europa, cujas razões foram sendo construídas ao longo do século XIX. Esses fatores tornaram-se responsáveis por um intenso movimento emigratório, fazendo do Brasil um dos principais destinos. Os primeiros imigrantes – inicialmente italianos, alemães e, posteriormente, japoneses, entre outros – foram deslocados para o interior dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Desses, uma grande parcela especialmente de italianos, ascendeu rapidamente em razão do sucesso com o trato da terra e, vindo para a capital, contribuiu para a construção de nova classe social, constituída pelos grandes cafeicultores e, posteriormente, aqueles que deram origem ao grupo de industriais e banqueiros. Não apenas esses, mas também aqueles que resolveram deixar o campo e, vindo para a cidade, tornaram-se empregados da indústria ou do comércio. Esse novo grupo social possibilitou o surgimento de escolas voltadas a atender filhos desses estrangeiros. No entanto, sabe-se que, naqueles anos finais do século XIX e início do século XX não se concebia um ensino de língua portuguesa diferente para esses alunos estrangeiros, isto é, não se diferenciava ensino de língua portuguesa para o aluno nativo do ensino para aluno estrangeiro.

Nesse sentido, a pesquisa realizada orientou-se pelos seguintes objetivos: identificar: 1- registros sobre como se deu, na capital paulista e regiões, o ensino de português a estrangeiros e seus descendentes - italianos, especialmente, no final do século XIX e início do século XX; 2 - o processo de aprendizagem e a perspectiva pela qual se ensinou; 3 - possíveis materiais utilizados naquele momento. Assim, faz-se necessário retomar o contexto que promoveu a vinda dos imigrantes, em especial, os italianos, para o Brasil; a instalação das escolas públicas primárias e a inclusão dos alunos estrangeiros nessas escolas; a criação de escolas segundo um ideário do governo italiano em terras estrangeiras e, de modo geral, o aprendizado formal e informal dos estrangeiros aqui focalizados.

A chegada dos Imigrantes

Por volta de 1870, de acordo com registros de Alvim (1986), começa-se a observar, no estado e na cidade de São Paulo, um movimento imigratório mais acentuado, especialmente de italianos. Possivelmente por sua situação geográfica, facilidade de acesso pela proximidade com o Porto de Santos e alguns indícios de

avanço econômico pela presença do grupo de cafeicultores, São Paulo foi o estado mais atraente e a presença dos imigrantes foi fundamental para seu crescimento.

Alvim divide os primeiros cinquenta anos da imigração italiana em três fases. A primeira, de 1870 a 1885, caracterizada pela articulação política do grupo do Oeste, paralelamente à desagregação da mão-de-obra escrava; pelas primeiras tentativas de se apoiar a produção cafeeira na mão-de-obra livre; e pela ausência de uma política imigratória definida. Nesse período, os italianos ainda não eram maioria. A segunda fase, de 1885 a 1902, caracterizada pela consolidação do novo grupo econômico no poder – os fazendeiros do Oeste – enquanto o mercado de trabalho se apoia de fato na mão-de-obra livre, definindo-se, desse modo, o que se pode chamar de política imigratória, basicamente fundada no imigrante italiano. A terceira fase, de 1902 a 1920 (e também nos anos seguintes), caracterizado pela manutenção do poder político do novo grupo e pela consolidação, em todo o país, da política imigratória iniciada por São Paulo.

De acordo com Pereira (2010), em meados de 1870, São Paulo contava com 28 mil habitantes e saltou, em 1900, para 240 mil, atingindo, em 1914, o total de mais de 477 mil. Esse grande aumento populacional se deveu, sem dúvida, à expansão da produção e exportação de café.

Deve-se observar que o êxodo de massa - entre 1876 e 1914 os italianos representaram 44% do total da entrada de estrangeiros no Brasil – foi favorecido pela decisão brasileira de financiar a viagem, procedimento que permitia a emigração de todo o núcleo familiar e daqueles que não tinham a possibilidade de pagar sua passagem. Esse processo foi interrompido em 1902, com a decisão de Roma de proibir a emigração subsidiada, permitindo apenas a expatriação espontânea, à própria custa, em razão das denúncias feitas sobre as condições de trabalho nas fazendas (TRENTO, 2000: 26)

Os interesses que circulavam na cidade de São Paulo foram os mais diversos, conforme explicita Pereira (2010):

A capital do estado de São Paulo acabou impondo-se como centro político-administrativo, passando progressivamente a exercer a primazia no campo econômico, estabelecendo ligações eficientes pela concentração de negócios, de capital financeiro, comercial e industrial. Esse crescimento e diversificação econômica foram acompanhados de uma progressiva expansão espacial e demográfica da cidade impulsionada pelo complexo exportador

cafeeiro, num período que se estendeu de 1870 até a década de 1920, quando, efetivamente, começou a esboçar os contornos de metrópole. (p. 20)

Durante todo o processo migratório daquele período, dos quatro milhões e meio de imigrantes – de diferentes nacionalidades, três milhões ficaram no estado de São Paulo, uma pequena parte na capital, e o restante foi distribuído para o interior, especialmente para o trato da lavoura, em substituição à mão-de-obra escrava.

O ponto de chegada desses imigrantes era o Porto de Santos, de onde eram encaminhados para os alojamentos e, posteriormente, hospedarias no bairro do Brás.

A Hospedaria do Imigrante foi criada pela Lei 56 de 21 de março de 1885 e sua construção se deu entre 1886 e 1888, e de acordo com Trento (2000)

Possuía 2 pavimentos; seus 8 salões dormitórios tinham capacidade para acomodar, em condições normais, 1200 imigrantes, mas houve casos de estarem alojadas 6 mil pessoas, o que revela que nem sempre tudo podia funcionar em perfeita harmonia. Ao chegar à hospedaria, o imigrante recebia uma refeição e tomava conhecimento do regulamento interno, escrito em 6 idiomas. No dia seguinte, havia vacinação, a conferência de seus dados pessoais e de seus familiares e a emissão do cartão de identificação. Após os primeiros procedimentos, o imigrante aguardava o estabelecimento do contrato de trabalho, para depois ser levado até a região onde se encontrava a fazenda. Ele permanecia na hospedaria pelo prazo de 6 dias ou mais, dependendo da oferta de emprego. (p. 34) ³

Desde o início do êxodo de massa, o estado de São Paulo abrigou mais de 70% dos estrangeiros aqui chegados – especialmente os italianos. Esses imigrantes chegaram a representar aproximadamente um quarto da população do ano de 1890 a 1910, segundo Trento (2000), contribuindo fundamentalmente para o crescimento demográfico e econômico paulista.

São Paulo passou de 23 mil habitantes em 1872 a 65 mil em 1890, a 240 mil em 1900 e a 580 mil em 1920 (TRENTO, 2000). Os italianos representavam quase 40% da população paulistana, justificando a impressão de “cidade italiana” causada a muitas a muitas pessoas que visitavam a capital. De acordo com o autor,

Sobretudo em alguns bairros do centro, a etnicidade era palpável e se evidenciava através das placas das lojas, dos nomes das ruas, das devoções religiosas, do vestuário, das construções e do vozeirão confuso nas ruas, com

3 Desde 1998, vinte anos após receber o último grupo de imigrantes, as instalações da hospedaria foram transformadas no Memorial do Imigrante, que procura resguardar a história desses homens e mulheres que vieram para cá em busca de uma nova vida.

o idioma de Dante e vários dialetos ecoando mais que o português e induzindo os próprios nativos a incorporá-los. (p.78)

Esse enorme contingente foi responsável por criar vários bairros paulistanos ainda hoje muito enraizados na tradição italiana, construídos por esses imigrantes, como Bom Retiro, Brás, Bexiga, Barra Funda, quando ainda suas condições eram muito precárias, vivendo, por exemplo, em cortiços. Com o passar dos anos, as condições de trabalho e de moradia melhoraram e observou-se uma mobilidade social, levando-os a instalarem-se em outros bairros como Vila Mariana, Consolação, Perdizes, entre outros.

Diante desse panorama, São Paulo contava com uma população muito aumentada e havia uma mescla muito grande trabalhadores em todas as áreas, dos serviços comuns, como condutores de tálburis ou de bondes, mascates, engraxates, jornaleiros, barbeiros, garçons, costureiras, e também os proletários que passaram a ocupar postos de trabalhos como operários ou técnicos nas recém criadas fábricas.

Na cidade de São Paulo, em razão da grande mudança de sua população, havia uma linguagem muito difusa, pois os sotaques italianos misturados ao português falado nas comunicações cotidianas, muitas vezes, dificultava a comunicação (Cenni, 2003). Isso provocou preocupação não só ao governo, mas também aos familiares em relação à escolarização dos filhos desses imigrantes.

Surgimento das Escolas Públicas Primárias

Considerando que a expansão populacional na cidade de São Paulo não aconteceu apenas nos setores de moradia e de trabalho, há de se considerar também o aumento da população infantil em idade escolar. A situação da escola pública na cidade de São Paulo encontrada pelos imigrantes no final do século XIX e início século XX não estava preparada para acolher uma nova e especial demanda.

De acordo com estudo apresentado por Mimesse (2015), as escolas públicas primárias naquele período eram compostas por: 1 - Escolas Isoladas que eram organizadas por três tipos, masculinas, femininas e mistas, cujos alunos, em idades e níveis de aprendizagem diferentes, eram agrupados em uma única sala de aula; 2 - Escolas Reunidas que agregavam algumas escolas isoladas em um mesmo espaço físico; 3 - Grupos Escolares

cujas salas eram organizadas de acordo com a idade e o nível de aprendizagem dos alunos já direcionava um professor específico para cada turma.

Esse modo de organização da estrutura escolar da época era problemático não apenas para o aluno nativo, mais ainda para o estrangeiro que, além das dificuldades naturais de adaptação de vida no novo país e com a nova cultura, ainda enfrentava os entraves da língua, pois nessas mesmas salas de aula eram inseridos os alunos estrangeiros.

De acordo com a autora, as escolas isoladas recebiam muitas críticas pelos diretores gerais e inspetores escolares da capital e do interior às quais eram citadas nos Relatórios contidos nos *Annuarios do Ensino*. Apontavam que essas escolas apresentavam deficiências no seu funcionamento, pois havia problemas quanto ao seu espaço físico, aos materiais didáticos, à formação dos professores e à diversidade de métodos de ensino aplicados.

No relatório apresentado ao Secretário do Interior, no *Anuario* de 1917, o Diretor Geral de Instrução Pública, Oscar Thompson, assim se manifestou na introdução do referido documento:

Nas zonas Oeste e Noroeste, cuja população rural é, na sua grande maioria, descendente de estrangeiros, a principal preocupação da escola deve ser o ensino da língua, como primeiro fator de assimilação, e o conhecimento dos homens e da terra brasileira. Ainda mais: - a educação dos alumnos anormaes deve ser iniciada imediatamente, não como uma mera questão de ensino, mas para a solução de um problema econômico, quiça, ethnico, pois o alumno anormal, quando homem feito, irá aumentar a despesa publica com a manutenção de cadeias, dos manicômios e dos asylos, se não for em tempo convenientemente educado. Soccorrido, porem, no momento oportuno, transformado em mormal, ele se integrará como elemento de ordem e progresso na communhão social. (p.10)

Observa-se na avaliação do Diretor Geral não apenas uma preocupação pontual sobre a educação escolar das crianças e dos jovens descendentes estrangeiros, mas também com a formação do futuro cidadão, dotado de integridade moral a fim de não se tornar um “peso” para o poder público, quer por distúrbios mentais, quer por prática de atos ilícitos.

De modo geral, como o governo local parecia não dar conta de oferecer um ensino de qualidade aos alunos nativos, pouco havia de se esperar para os alunos estrangeiros ou descendentes de estrangeiros - em especial, os italianos -, razão pela qual surgem as escolas subsidiárias.

Cenni (1960), ao avaliar a importância da escola nas zonas de colonização dos estrangeiros afirma que

a escola representa sempre, em qualquer latitude e em qualquer circunstância, o elemento básico para formar no indivíduo a consciência de seus deveres e responsabilidade na vida, alimentando maiores aspirações e se constituindo num elo a cimentar as coletividades. (p.258)

A preocupação com a escolarização dessas crianças e desses jovens era tamanha que, em 1904, durante o “Congresso delle Società e Altre Istituzioni Italiane”, realizado em São Paulo, a comissão de educação formada por Domenico Rangoni, Francesco Pedatella, Sebastião Navasques, Edoardo Loschi, Alessandro Allegretti e Luigi Vincenzo Giovanetti como redator, propunha que

considerando como aprender a falar e a escrever a língua nacional não seja apenas um dever de hospedes, mas uma necessidade imprescindível para todos os italianos que aqui residem e que aqui têm interesse; considerando a máxima conveniência que as escolas italianas sigam possivelmente um único programa de ensino, com métodos uniformes, e que ao ensino possam ser habilitados não apenas os que na Itália conseguiram os respectivos diplomas, mas quantos demonstrem possuir cultura e preparo, - em cada escola italiana, ao aluno que tenha conseguido certo grau de desenvolvimento intelectual, seja ministrado o ensino da língua portuguesa e, com maior amplitude, o ensino da história e geografia do Brasil .(CENNI, 1960, p. 259) (Grifo Nosso)

Como o contingente de estrangeiros italianos era muito maior que os demais, focalizamos nossa análise nesse grupo em especial. E de acordo com as considerações acima, deve-se acreditar ter sido este o contexto que possibilitou a criação das escolas subsidiárias italianas, ainda que também se deva observar uma primeira intenção de criar condições de manutenção do ideário nacionalista italiano.

Escolas Públicas Subsidiárias Italianas

Ainda de acordo com Cenni (1960) a mesma comissão de educadores,

reconhecendo que aos mestres escola era devida, em sua maior parte, a difusão do conhecimento da língua italiana e dos sentimentos de patriotismo e considerando que a educação e a instrução constituem interesses de ordem

superior que não podem ser confiados aos cuidados de uma única classe de cidadãos, chamava a atenção do governo italiano e das instituições como a “Dante Alighieri”, que se propunha a difusão da cultura, da língua e da instrução italiana no estrangeiro, sobre a necessidade de instruir em cada centro de população italiana no Brasil, uma ou mais escolas de ensino popular, diurnas e noturnas, gratuitas para os menos abastados e a pagamento para os outros. (p. 259-260)

Assim, apesar da existência de escolas públicas como os grupos escolares, as escolas reunidas e as escolas isoladas, ainda existiam na cidade as escolas privadas subsidiadas italianas. Essas modalidade de escolas, de acordo com Mimesse (2015), abordavam o mesmo nível de ensino, nos anos iniciais de aprendizagem.

Importante salientar que as escolas subsidiadas italianas poderiam ser criadas por qualquer peninsular, desde que apoiasse a causa da instrução. Segundo as deliberações do já referido *Congresso delle Società e Altre Istituzioni Italiane*”, registrado na publicação do periódico *Fanfulla* (1906: 822), a iniciativa de criação de uma escola poderia ser por obra de um “[...] benemérito da instrução italiana e da sua difusão nesta terra, surja a Escola italiana na qual será possivelmente anexa a um Colégio Interno, que será complementar ao aperfeiçoamento dos alunos”. (MIMESSE, 2015)

A autora esclarece que a abertura de escolas elementares particulares pelos próprios peninsulares, seguindo o modelo das escolas existentes no território italiano, foi bem aceita pelos imigrantes, sendo que essas escolas visavam a alfabetização das crianças estrangeiras e filhas de estrangeiros na Língua Italiana. Conforme Salvetti (2014) as escolas subsidiadas deveriam seguir as circulares ministeriais, que constavam que a “[...] tolerância e o pluralismo eram garantidos (pelas próprias normas ministeriais): mesmo dando a preferência a estudantes italianos, poderiam ser admitidos alunos de qualquer nacionalidade e religião”. (p. 60)

A pesquisa realizada por Mimesse remete-se a Parlagreco (1906) que descreveu as escolas italianas da cidade de São Paulo e classificou uma delas, a *Scuola Italiana Vittorio Emanuele II*, como plenamente italiana. De acordo com o autor, essa escola contava com “210 alunos, todos filhos de operários, que são numerosos no vasto local aonde está situada, na Rua Sólon” (p. 808). As escolas em geral, ainda segundo Parlagreco, mantinham “um curso elementar completo, uma ou duas com curso complementar e uma tentativa de ensino clássico inicial, a maior parte eram compostas por apenas uma sala” (p. 797).

Conforme já referido acima e com base em Parlagreco, observa-se que o incentivo para a criação de escolas italianas fora do território italiano era para manter vivos os valores

e os sentimentos pátrios, mantendo a língua italiana como o grande elo entre os emigrantes e seu país. Observa-se também que as escolas subsidiadas italianas eram semelhantes às escolas isoladas públicas, masculinas e femininas. Apresentavam a mesma disposição, utilizavam uma única sala para todos os alunos do mesmo sexo, com níveis de aprendizagens e idades diferentes.

No entanto, Cenni (1960) atesta que,

embora certamente com falhas em sua orientação didática, embora vivendo sempre entre grandes dificuldades, entregues muitas vezes a pessoas sem o devido preparo, as escolas italianas durante longos anos desenvolveram uma função de grande importância na formação das gerações futuras e não apenas entre os imigrantes, pois muitas delas eram frequentadas pelo próprio nativo. (p.258)

Ainda o autor adverte que nem todas as escolas italianas podem, nem dever ser colocadas num mesmo nível, generalizando um único juízo, pois

Se muitas, (a maioria) foram das mais modestas, mal aparelhadas, com grandes falhas de organização, mantidas apenas pelo espírito de sacrifício de mestres escolas quase que improvisados, outras houve que numa fase de transição e transformação souberam se adaptar às novas exigências, anexando aos seus cursos normais institutos de contabilidade ou técnicos, acabando por se transformar em escolas brasileiras das mais importantes e de maior tradição, como o Colégio Dante Alighieri”, de São Paulo. (p.258)

Em São Paulo, a criação dessas escolas esteve, inicialmente, a cargo de estrangeiros, com formação acadêmica de origem peninsular, os quais identificaram a possibilidade de abrirem escolas elementares na cidade, contando, afortunadamente, com subsídio do governo italiano. De acordo com Salvetti (2014), esses subsídios foram quadruplicados, entre os anos de 1905 e 1906, quando a Comissão Parlamentar de Vigilância reconheceu a necessidade de se privilegiar as escolas italianas na América Latina em primeiro lugar; possivelmente, por isso, o aumento no número de escolas criadas por professores leigos.

Diante desse contexto, os proprietários das escolas exerciam também a função de professores e de diretores, assegurados pela pretensão do governo italiano em contribuir com a instrução da criança italiana, ou filha de italianos, que vivia fora da Itália desde a sedimentação do processo de unificação. Assim, as escolas criadas fora do

reino italiano recebiam subsídios, como materiais didáticos e alguma contribuição em espécie, essa última visava a manutenção dos edifícios das escolas. (MIMESSE, 2015)

Especificamente nas escolas paulistas, os inspetores escolares em seus relatórios anuais apontavam para o problema das escolas estrangeiras, em alfabetizaram as crianças em outro idioma. A sugestão dos inspetores era a de centrar toda a aprendizagem no ensino da Língua Portuguesa, nas escolas públicas e nas estrangeiras.

De acordo com Mimesse (2015), os relatórios orientavam que a Língua Portuguesa deveria ser considerada o centro de todos os programas de ensino, em todos os níveis. Os exercícios deveriam ser dirigidos para a aprendizagem das palavras e da escrita, de modo a contribuírem com a expressão das ideias. Além disso, a defesa era para que se devesse evitar, neste caso, o excesso nas regras gramaticais da Língua Portuguesa e o uso mais frequente do livro de leitura, como “grande auxiliar” na aprendizagem.

Conforme Kreutz (2000), para os imigrantes tornava-se difícil manter as escolas particulares por muito tempo, devido aos gastos que eles deveriam despende na sua manutenção. Desse modo, exigiam do governo a criação de escolas públicas. Além disso, a escola pública, em que seus filhos aprenderiam o idioma português, era um elemento fundamental para a integração com a população brasileira. Através dela, adquiririam o conhecimento da língua portuguesa, que facilitaria a comunicação e a comercialização de seus produtos, sem correrem o risco de serem enganados. Com o conhecimento da língua, além de conquistar uma estabilidade econômica com os negócios, poderiam também exercer cargos públicos. Poderiam eles “far la mérica” (fazer a América), ditado que circulava entre os imigrantes italianos.

Mimesse (2001) situa o processo escolar dos imigrantes italianos no município de São Caetano do Sul e enfatiza que com, o grupo étnico (italiano), a escolarização dos filhos desses imigrantes não se deu através de uma rede de escolas comunitárias ou étnicas, mas a partir da inserção desses imigrantes no sistema público de ensino implantado na colônia, conforme aquele proposto pelo governo dentro de todo o estado, e seguiu, posteriormente, a ampliação desse sistema devido ao crescimento econômico e populacional da região. Essa realidade histórica do processo de ensino daqueles imigrantes suprimiu as diferenças étnicas. Nessas escolas, as aulas eram dadas em língua portuguesa com livros didáticos também em língua portuguesa e, ainda, por professores brasileiros. A manutenção do idioma, de costumes e valores trazidos pelo grupo foi conservada na família e na igreja (católica).

Em contrapartida, seguindo a orientação do *Congresso delle Società e Altre Istituzioni Italiane* já mencionado, as matérias que as escolas subsidiadas no exterior deveriam ser ministradas em Língua Italiana, em decorrência da necessidade de promover a “consciência e difusão do idioma”. Essas escolas visavam principalmente a “aprendizagem correta do idioma, além de manterem o sentimento nacional”. O programa das escolas subsidiadas italianas seguiria o mesmo programa que estivesse em vigor na península. O programa de 1888, citado por Civra (2002) previa ensino de: Língua, Leitura, Escrita, Geografia, História, Ciências e Aritmética. O ensino da Língua e da Aritmética foram descritos em detalhes, como segue:

[...] Língua – literatura, letras, língua, italiano, caligrafia, composição, conjugação, gramática, sílabas, ortografia e fonética, palavra, pronuncia, proposição, preposição, narração, escrita, verbos, vocábulos, dialeto. Aritmética – geometria, números arábicos, numeração, cálculo, números decimais, sistema métrico, operações: divisão, subtração, adição, multiplicação, fração, preposição, unidade, medida. (CIVRA, 2002: 42, traduzido por Mimesse, 2015)

O Colégio Dante Alighieri

É nesse cenário geral que surge no já referido Congresso de 1904, por entendimento da Comissão de Educação, a ideia embrionária que faria surgir, em 1911, o Colégio Dante Alighieri. De acordo com Cenni (1960), a Comissão entendia que

aos mestres escola era devida, em sua maior parte, a difusão do conhecimento da língua italiana e dos sentimentos de patriotismo e considerando que a educação e a instrução constituem interesses de ordem superior que não podem se confiados aos cuidados de uma única classe de cidadãos, chamava a tenção do governo italiano e das instituições como a “Dante Alighiere”, que se propunham a difusão da cultura, da língua e da instrução italiana no estrangeiro, sobre a necessidade de instituir em cada centro de população italiana no Brasil, uma ou mais escola de ensino popular, diurnas e noturnas, gratuitas para os menos abastados e a pagamento para os outros (p. 259-260).

Naturalmente que, para a criação de tais escolas, haveria a necessidade de subsídios não apenas para fundamentar a resposta ao apelo patriótico, na construção de escolas primárias e secundárias, mas também para a sustentação das necessidades

oriundas do empreendimento, bem como para angariar meios que viabilizassem também subsistência dos mestres escola.

No entanto, Cenni (1960) ressalta que a política cultural extensiva para além da península tinha se limitado, sempre, à esfera do Mediterrâneo, sem interesse explícito da difusão da cultura italiana para as Américas. O governo italiano está absorvido pelas questões internas e o fato de o Brasil ser um país distante, distanciava-se, também, o interesse por sua gente que aqui se instalou. Assim, os subsídios daquele governo para as escolas italianas em território brasileiro foram sempre simbólicos, quase insignificantes e, de acordo com o autor,

mesmo quando com a liquidação dos “protocolos” De Martino-Cerqueira houve um saldo apreciável à disposição, para as instituições italianas no Brasil, às escolas foram reservados apenas 150 contos, que foram distribuídos em pequenas parcelas, ao invés de criar algo de orgânico e duradouro com a fundação de um instituto completo de educação italiana. (p.260)

Em São Paulo, tal instituto deverá surgir apenas em 1911, resultado de estudos do prof. Magnocavallo, estimulado pela Instituição “Dante Alighiere” que se dispunha a contribuir com uma importância considerada insuficiente, ainda que se tratasse de uma ação inicial, razão pela qual quase desistiu da empreitada. Afortunadamente, um encontro, a bordo de um vapor, com o já bem sucedido homem de negócios Rodolfo Crespi, fez o que era um plano tornar-se realidade. Crespi assumiu o compromisso de não apenas contribuir com o projeto, mas ainda recolher fundos necessários para a sua realização e manutenção.

O marco inicial do Colégio Dante Alighieri em São Paulo se dá com a primeira sessão oficial, com a participação dos promotores do Instituto Médio e a assistência técnico-organizativa do prof. Enrico Gianrossi, de Roma, em 1911. O primeiro conselho foi assim constituído:

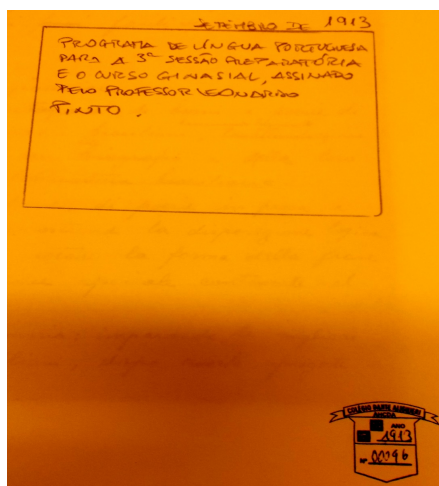
Cônsul-geral da Itália, Pietro Baroli, presidente de honra; Rodolfo Crespi, presidente efetivo; Gaetano Pepe, vice-presidente; Giuseppe Zuccoli, representando a Banca Francesa e Italiana”; Antonio Carini, membro honorário e Enrico Gianrossi, reitor provisório. (CENNI, 1960)

A construção do edifício onde funcionaria o colégio foi realizada rapidamente, de modo que, em abril de 1912, os cursos preparatórios começaram a funcionar e, 1913, o ginásio e o internato foram ativados.

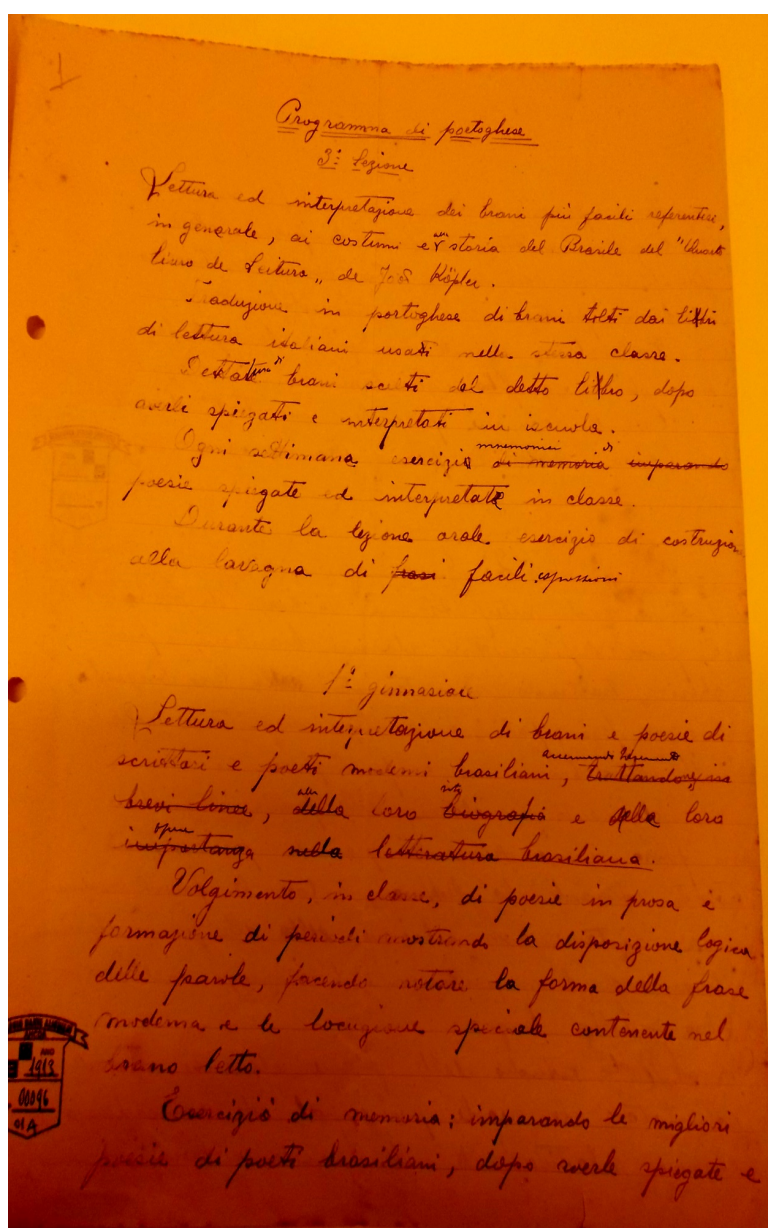
Ainda de acordo com Cenni, a importância da sociedade “Dante Alighieri” de Roma reside no apoio moral ao grande desafio para a criação do Instituto na capital paulista, mas a maior contribuição responsável pela sustentação financeira do empreendimento deve ser atribuída ao grupo de italianos que aqui prosperavam, pois “dos 4.809.622 liras”, gastos com o instituto e seu financiamento inicial, “4.457.955” foram oferecidas pela coletividade italiana em São Paulo.

O Instituto prosperou rapidamente e, em 17 de fevereiro de 1913, quase dois anos depois, 60 alunos começavam suas atividades escolares no edifício Leonardo da Vinci, com professores trazidos da Itália. Tradicional, porém à frente de seu tempo, o “Instituto” já mostrava seu espírito inovador aceitando alunos de ambos os sexos. Em 1915, teve início o curso técnico. Em 1916, foram reservadas duas vagas no internato aos órfãos de guerra. Nesse mesmo ano, o governo italiano passa a reconhecer os títulos do Instituto para admissão nas escolas do reino. Há um grande aumento no número de alunos e, em 1919, o primeiro curso do ginásio é desdobrado, ocorrendo, com o curso técnico, o mesmo desdobramento, em 1921. Em 1924, observa-se a concretização do ideal de criação dessas escolas, pois foram instituídas seis bolsas de estudos, somando-se mais quatro, em 1928. Em 1935, o Instituto Dante Alighieri é equiparado às escolas nacionais de igual porte.

Conforme já dito anteriormente, as escolas subsidiárias deveriam ministrar as aulas na língua de Dante e, para o Instituto Dante Alighieri recentemente criado, a orientação não foi diferente, seguindo, pois, o mesmo entendimento da Comissão de Educação e do governo italiano. Assim, os professores eram, muitas vezes, trazidos diretamente da Itália para ministrarem as aulas das diferentes matérias, inclusive as de Português, conforme se constata no documento “Programma di Portoghese” de 1919. O programa manuscrito na língua italiana, apresenta, por exemplo, 3^a. *Lezione: Letture ed interpretazione dei brani piu facile referentese in generale, ai costumi e (...)storia del Brasile del “Quarto Livro de Leitura”, de João Kopter*”, conforme se observa a seguir:



FONTE: Biblioteca do Instituto Dante Alighieri, Arquivo, 2015.



FONTE: Biblioteca do Instituto Dante Alighieri, Arquivo, 2015.

A identificação desse Programa, de 1913, confirma a hipótese de que naquele período, final do século XIX e primeira metade do século XX, no processo de escolarização, não era sequer concebida a especificidade do ensino da língua portuguesa como língua estrangeira. Observamos dois tipos de ocorrência; por um lado, os alunos filhos de estrangeiros, descendentes de italianos ou de outras nacionalidades, das classes menos abastadas, frequentavam as escolas subsidiárias, nas quais recebiam o mesmo tratamento que os falantes nativos; por outro, os alunos também filhos de estrangeiros italianos frequentavam as escolas italianas, como do Instituto Dante Alighieri, nas quais recebiam a instrução por professores italianos, segundo o programa estabelecido pelo governo italiano, cujas aulas, das diferentes disciplinas, eram ministradas na língua italiana. Salta aos olhos o “Programa de Língua Portuguesa para a 3ª. Sessão Preparatória e o Curso Ginásial, assinado pelo professor Leonardo Pinto”, de 1913, exemplificado acima.

O contexto descrito até o momento modificou-se com a Campanha de Nacionalização imposta, pelo então presidente Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, visando, entre outras coisas, a diminuição da influência das comunidades estrangeiras, imigrantes, no Brasil. Dessa forma, buscou promover a integração desse contingente à população brasileira. Nesse movimento, além de fatores como profissão e religião, o conhecimento e, até mesmo, certo domínio da língua portuguesa tornou-se primordial, visto que foi necessário considerar a capacidade desses imigrantes para atuarem em diferentes atividades, a fim de também contribuírem efetivamente para o progresso do país que os acolheu. Mais especificamente em 1938, o princípio da nacionalização tornou obrigatório o ensino do Português em todas as escolas no território brasileiro. Do mesmo modo, as escolas deveriam ter nomes brasileiros, professores e diretores brasileiros natos ou naturalizados, cujas aulas seriam ministradas apenas em português, sendo proibidas línguas estrangeiras para menores de quatorze anos.

O Aprendizado do Português Fora da Escola

De acordo com Cenni (1960), o recenseamento de 1940 incluiu as questões individuais: “Fala corretamente o português?” e “Que língua fala habitualmente no lar?”. O resultado apontado, salvo os escrúpulos da maioria das respostas, identificou que:

Entre os 231.138 italianos presentes àquela época no Estado de São Paulo, os que não falavam corretamente o português seriam apenas 18.445, isto é 8,7%, enquanto entre os 394.363 elementos de outros países estrangeiros (...) os que não falavam corretamente o português eram 94.747, isto é, 24%. (p.264)

Ainda de acordo com Cenni, as proporções dos que falavam outra língua no lar eram maiores do que as dos que não usavam corretamente o português pelo fato de que muitos usavam o português fora do lar, em suas relações com brasileiros natos ou com outros estrangeiros, enquanto no lar continuavam a falar a língua de origem. O censo estendido aos brasileiros natos, filhos de estrangeiros, revelou também que entre os filhos de italianos apenas 10.764 falavam no lar uma língua diversa da nacional, e entre os filhos de outros estrangeiros o número aumentava para 108.605.

Esses dados permitem identificar outro contingente que, no período focalizado nesta pesquisa, aprendeu o português na informalidade, no contato com o povo comum, nas ruas, no comércio, no trabalho nas indústrias, ou no lazer etc.. Ou, ainda, dada à sua situação econômica e o *status* no grupo, não precisou ceder às imposições do governo para o aprendizado da língua nacional. É o que se pode destacar por outras fontes, por exemplo, no cancionário nacional e na literatura brasileira da época. Na música de Adoniran Barbosa, o “Samba do Italiano” é um bom representante do falante estrangeiro em terra brasileira. Na letra desse samba, o autor mistura o português e o italiano, construindo um bom exemplo do que ocorria (e ainda ocorre em alguns bairros) nas ruas da capital paulista:

Gioconda, piccina mia,
Vai a brincar nel mare,
Nel fondo,
Ma attenzione col tubarone!
Hai udito?
Hai udito?
Meu San Benedito!
(...)
Te ricordi, Gioconda,
Di quella sera in Guaruja
Quando il mare te portava via
E me chiamaste:
‘Ajuto Marcello!
La tua Gioconda

Há paura di quest'onda"⁴

Na literatura, é possível destacar o papel de Antônio C. de Alcântara Machado que, em uma síntese da fortuna crítica sobre sua obra, a maior característica de sua produção está no retrato, ao mesmo tempo crítico, e anedótico, apaixonado, sobretudo humano, que fez da cidade de São Paulo e de seu povo, com particular atenção para o imigrante italiano, quer os moradores de bairros mais pobres, quer os que se desfrutavam de posições mais privilegiadas. É o que se observa nos exemplos a seguir, extraídos de um de seus contos – A Sociedade -

- É. Eu já pensei nisso. Mas sem capital o senhor compreende é impossível ...
- Per Bacco, doutor! Mas io tenho o capital. O capital sono io. O doutor entra com o terreno mais nada. E o lucro se divide no meio.
- O capital acendeu um charuto. O conselheiro coçou os joelhos disfarçando a emoção. A negra de broche serviu o café.
- Doppo o doutor me dá a resposta. Io só digo isto: pense bem.⁵

Cenni (1960), para destacar a grande presença da fala “italiana” em São Paulo, misturada com o português, reproduz o espanto de um visitante ao expressar que

- Ouve-se falar o italiano mais em São Paulo do que em Turim, em Milão e em Nápoles, porque entre nós se falam os dialetos e em São Paulo todos os dialetos se fundem sob o influxo dos venetos e toscanos, que são em maioria. (p. 263).

Considerações Finais.

A realização deste estudo permitiu verificar que, no momento atual, as questões que envolvem o ensino de português língua estrangeira encontram-se muito bem alicerçadas em se tratando de teorias, metodologias e percepções sobre sua especificidade, se comparado ao período verificado nesta pesquisa. Os resultados obtidos referentes à: 1- busca de registros sobre como se deu, na capital paulista e região, o ensino de português a estrangeiros e seus descendentes - italianos, especialmente, no final do século XIX e início do século XX, demonstram que não

4 [Http://www.vagalume.com.br/adoniran-barbosa/samba-italiano.html#ixzz3ts8nkiks](http://www.vagalume.com.br/adoniran-barbosa/samba-italiano.html#ixzz3ts8nkiks). Acesso, em 04-09-2015.

5 Alcântara machado, a. *Brás, bexiga e barra fundam*. Revista coleção vestibular, o estado de são paulo, são paulo: klick editora, 1999.

havia, por parte dos responsáveis pela orientação do ensino, tal preocupação e os poucos alunos que chegaram a ocupar lugares na escola pública, por exemplo, tiveram de adapta-se ao ensino que era voltado para o alunos nativo. Já os alunos que passaram a frequentar as escolas particulares – subsidiadas pelo governo italiano, portanto, orientadas pelo ideal de manter, mesmo à distância, a consciência dos valores da língua, da cultura e dos sentimentos de patriotismo para com a terra natal, esses foram, a princípio, formados na e pela língua italiana. Quanto aos materiais utilizados, deduz-se que, considerando a precariedade descrita pelos inspetores nos *Annuarios do Ensino*, esses eram exatamente os mesmos destinados aos alunos brasileiros, quando alunos da escola pública; quanto à escola particular, cujos materiais seguiam a orientação da península, não havia também distinção sobre o português na condição de língua estrangeira.

Tais dados corroboram com a hipótese de não haver, no período focalizado, qualquer perspectiva sobre o processo de ensino da língua portuguesa, nessas circunstâncias, como uma língua estrangeira. Esta conclusão parcial pode ser ainda confirmada por estudo realizado por Almeida (2011), com a identificação das primeiras publicações, em finais da década de 1930 e meados de 1940, das primeiras publicações de livros voltados para o ensino de português para estrangeiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvim, Zuleika M. f. (1986) *Brava Gente! Os Italianos em São Paulo*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense.

Almeida, P. M. C. de. (2011) *Materiais didáticos de português para estrangeiros editados no Brasil: uma proposta de uma nova cronologia*. Pesquisa de Pós-Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Cenni, Franco. (2003) *Italianos no Brasil: andiamo in'Merica*. 3. ed. São Paulo: EDUSP.

Civra, Marco.(2002) *I programmi della scuola elementare dall' Unità d'Italia al 2000*. Torino: M. Valerio.

Mimesse, Eliane. (2015) O Cotidiano da escolarização primária paulistana nos anos iniciais do século XX. *ANAIS. XXVIII Simpósio nacional de História*, Florianópolis, SC.

Mimesse, Eliane. (2001) *A educação e os imigrantes Italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar*. Fundação Pró-Memória: São Caetano do Sul.

Fanfulla. (1906) *Il Brasile e gli italiani*. Firenze: R. Bemporad & Figlio.

Pereira, Robson M. (2010) *Washington Luiz na administração de São Paulo (1914-1919)*, São Paulo: Editora da UNESP.

Parlagreco, Carlo. (1906) Le scuole italiane. In: *Il Brasile e gli italiani*. Pubblicazione dei Fanfulla. Firenze: R. Bemporad & Figlio.

São Paulo. (1910) *Annuario do Ensino do Estado de São Paulo: publicação organizada pela Inspectoria Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado*. 1907 a 1910. São Paulo: Typ. A. Siqueira & C.

Trento, Angelo. (2000) *Os italianos no Brasil*. Sponsorizzazione. Ministério das Relações Exteriores da Itália, Embaixada da Itália e Instituto Italiano de Cultura de São Paulo, SP.

Kreutz, Lúcio. (2000) Educação de Imigrantes no Brasil. In: *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.

